

Vol 6 Issue 12 Sept 2017

ISSN No : 2249-894X

*Monthly Multidisciplinary
Research Journal*

*Review Of
Research Journal*

Chief Editors

Ashok Yakkaldevi
A R Burla College, India

Ecaterina Patrascu
Spiru Haret University, Bucharest

Kamani Perera
Regional Centre For Strategic Studies,
Sri Lanka

Review Of Research Journal is a multidisciplinary research journal, published monthly in English, Hindi & Marathi Language. All research papers submitted to the journal will be double - blind peer reviewed referred by members of the editorial Board readers will include investigator in universities, research institutes government and industry with research interest in the general subjects.

Regional Editor

Dr. T. Manichander

Advisory Board

Kamani Perera Regional Centre For Strategic Studies, Sri Lanka	Delia Serbescu Spiru Haret University, Bucharest, Romania	Mabel Miao Center for China and Globalization, China
Ecaterina Patrascu Spiru Haret University, Bucharest	Xiaohua Yang University of San Francisco, San Francisco	Ruth Wolf University Walla, Israel
Fabricio Moraes de Almeida Federal University of Rondonia, Brazil	Karina Xavier Massachusetts Institute of Technology (MIT), USA	Jie Hao University of Sydney, Australia
Anna Maria Constantinovici AL. I. Cuza University, Romania	May Hongmei Gao Kennesaw State University, USA	Pei-Shan Kao Andrea University of Essex, United Kingdom
Romona Mihaila Spiru Haret University, Romania	Marc Fetscherin Rollins College, USA	Loredana Bosca Spiru Haret University, Romania
	Liu Chen Beijing Foreign Studies University, China	Ilie Pinteau Spiru Haret University, Romania
Mahdi Moharrampour Islamic Azad University buinzahra Branch, Qazvin, Iran	Nimita Khanna Director, Isara Institute of Management, New Delhi	Govind P. Shinde Bharati Vidyapeeth School of Distance Education Center, Navi Mumbai
Titus Pop PhD, Partium Christian University, Oradea, Romania	Salve R. N. Department of Sociology, Shivaji University, Kolhapur	Sonal Singh Vikram University, Ujjain
J. K. VIJAYAKUMAR King Abdullah University of Science & Technology, Saudi Arabia.	P. Malyadri Government Degree College, Tandur, A.P.	Jayashree Patil-Dake MBA Department of Badruka College Commerce and Arts Post Graduate Centre (BCCAPGC), Kachiguda, Hyderabad
George - Calin SERITAN Postdoctoral Researcher Faculty of Philosophy and Socio-Political Sciences Al. I. Cuza University, Iasi	S. D. Sindkhedkar PSGVP Mandal's Arts, Science and Commerce College, Shahada [M.S.]	Maj. Dr. S. Bakhtiar Choudhary Director, Hyderabad AP India.
REZA KAFIPOUR Shiraz University of Medical Sciences Shiraz, Iran	Anurag Misra DBS College, Kanpur	AR. SARAVANAKUMAR LAGAPPA UNIVERSITY, KARAIKUDI, TN
Rajendra Shendge Director, B.C.U.D. Solapur University, Solapur	C. D. Balaji Panimalar Engineering College, Chennai	V. MAHALAKSHMI Dean, Panimalar Engineering College
Awadhesh Kumar Shirotriya	Bhavana vivek patole PhD, Elphinstone college mumbai-32	S. KANNAN Ph.D , Annamalai University
	Awadhesh Kumar Shirotriya Secretary, Play India Play (Trust), Meerut (U.P.)	Kanwar Dinesh Singh Dept. English, Government Postgraduate College , solan

More.....



O PODER SIMBÓLICO DAS ASSOCIAÇÕES PELA TRANSUBSTANCIAÇÃO: APLICANDO A TEORIA DE BOURDIEU

(The symbolic power of the associations by transubstantiation: Applying Bourdieu's theory)

Águida Meneses Valadares Demétrio¹ and Dra. Rita Maria dos Santos Puga Barbosa²

¹Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

²Pós-doutora, Pesquisadora e Docente do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

ABSTRACT

This article seeks to understand the transubstantiation through the process of transformation of many natural people in the transformation into a legal entity. This personification of a fictional person does leave the state of separate individuals, transmuting to a legal, forming its symbolic representation. This elected body forms the association, representing the settlers before governmental agencies; attest the truth of the occurred facts in the domain bordering its demarcations, listen and expose the pretensions through gatherings ordinary and extraordinary. This representation is expressed by those are present, with their "voices" as the absent, "with their silences." Ethnographic research, technique of participant observation. The representative process of transubstantiation was observed in ordinary meetings; extraordinary; due diligence; Transferring of transubstantiation. The results showed evidences that the representations have strength, when the community elects and empowers the legal voice, giving them credit to this symbolic statement, promoting demands social, administrative, and demanding improvements for the community.



KEYWORDS: Associative, symbolic configuration, collectivity, Ethnography, Tarumã Mirim.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva sistematizar o poder das representações, pelas teorias de Bourdier (1989), para entender o mistério do processo de transformação (transubstanciação) de várias pessoas físicas que se transformam em uma pessoa jurídica (associação ou cooperativa, dependendo da forma eleita de representatividade), fazendo com que o porta-voz eleito se torne no grupo que ele representa, o canal de voz e a configuração simbólica personificando os seus representados. O ambiente pesquisado foi a comunidade Afatam, no projeto de assentamento Tarumã Mirim, em diversas conjunturas onde a representatividade da associação era pertinente ou imprescindível, a emitir "a voz jurídica" que significava as vozes coletivas, através desse processo de transubstanciação.

No período da pesquisa de campo para a elaboração da dissertação, matriz deste trabalho, por diversas vezes as inquietações revertiam-se em questionamentos: por que os assentados, como seres individuais de posse de suas faculdades mentais, necessitavam transferir o poder das suas vozes a um corpo jurídico para os representarem? Como se comportam esses assentados nos seus silêncios, porque as suas vozes "pertencem" conjuntamente a uma única voz, frente às instituições que os empossaram anteriormente como pessoas físicas, e ora os ouvem através de uma voz jurídica?

A proposta de abordagem teórico-metodológica se fundamentou na pesquisa qualitativa, que, segundo

Minayo (2015) se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, e, como tal, houve uma relação dinâmica, apresentando um caráter exploratório e muitos aspectos subjetivos, porque os entrevistados foram estimulados a falar livremente. O diálogo com diversas grandes áreas do conhecimento, através da interdisciplinaridade, interagiu entre as diferentes disciplinas, em um intercâmbio mútuo nos diversos conhecimentos, de forma recíproca e coordenada. Outrossim, dados quantitativos também se apresentaram, a garantir resultados com poucas chances de distorções que, segundo Richardson (1989), caracteriza-se pelo emprego da quantificação, através de técnicas estatísticas. O método adotado na pesquisa foi o Etnográfico. A pesquisa etnográfica tem como propósito o estudo das pessoas em seu próprio ambiente, mediante a utilização de procedimentos em profundidade e a observação por um tempo acentuado (MALINOWSKI, 1978).

A técnica da coleta de dados ocorreu através da Observação Participante, que consiste em ver, ouvir, captar e entender as palavras e expressões, conforme esclareceram Whyte (2005); Malinowski (1978); Alves (2011), Matos (2015). Bourdieu e Passeron (2010) sugerem familiaridade ou proximidade social entre pesquisador e pesquisado, para que as pessoas possam sentir-se mais à vontade, e mais seguras para colaborar, o que foi adequado, à medida que foi adotado a figura do "intermediador", ou "informante-chave" em diversas análises e abordagens na pesquisa. Para tal, contamos com um mediador para quesitos de dúvidas ou para sanar falsas interpretações, passando ele a ser colaborador voluntário da pesquisa, que foi o líder daquela comunidade e presidente da associação dos assentados e moradores.

Esse "encontro etnográfico" no qual nós (pesquisadores) e assentados, personagens envolvidos, interagimos, porém evitando um exercício de poder por uma das partes, conforme alertaram Malinowski (1978) e Bourdieu e Passeron (2010), utilizando um diálogo de fácil assimilação e simplicidade nas abordagens, o que nos propiciou subsídios para análises. Em conformidade com Malinowski (1978, p. 18), o trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir claramente, de um lado, a observação direta e de outro, as conclusões, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica, como resultado da familiarização com os fatos que descrevem, e em que condições obtiveram as informações.

Geertz (2008) defende que praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, mapear campos, manter um diário, porque a etnografia é uma descrição densa de entrevistas, pela observação de rituais, crenças, costumes, etc. Ora, se a etnografia é uma descrição densa e os etnógrafos são aqueles que fazem a descrição (idem, p. 12), então a questão determinante é fazer as transcrições de forma concisa e minuciosa. O etnógrafo "inscreve" o discurso social: ele o anota. Minúcias nas descrições propiciam uma aproximação entre o ocorrido e o registrado, sendo, portanto, essencial que os registros se concretizem tão logo tenha ocorrido a observação, a entrevista, o fato detectado. Para tal, foram utilizados o gravador, e as informações do "dito" e do "observado" foram registradas no diário de campo, cuja transcrição resultou em 199 páginas.

O processo representativo da transubstanciação foi observado em sete parâmetros diferentes, totalizando 22 momentos a citar: em seis reuniões ordinárias na comunidade Afatam; em três reuniões extraordinárias; duas diligências na comunidade junto à prefeitura Municipal de Manaus e Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINF), para as melhorias nas vicinais; nas transferências de transubstanciação para as mestras bordadeiras da comunidade; em um acompanhamento com os técnicos do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM-AM) em cursos de capacitações ofertados pelo Estado e ministrados nas diversas comunidades do Tarumã Mirim; em duas visitas acompanhando assentados junto ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM-AM) em busca de liberações de subsídios governamentais; em duas negociações para comercialização e escoamento das produções agrícolas junto à Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS-AM). Tal pesquisa da Dissertação do Mestrado foi aprovada pelo Conselho de Ética, através do CAAE 51295515.9.0000.5020 e número de parecer 1.350.135, de 03 de dezembro de 2015.

1.1 A voz que fala e as vozes que se calam: a transubstanciação

A força das ideias que o processo de transubstanciação propõe mede-se não como um terreno da ciência (Bourdieu, 1989, p. 185), pelo seu valor de verdade (mesmo que elas devam uma parte da sua força à sua

capacidade para convencer que ele detém a verdade), mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência do desmentido. Ele, um corpo (jurídico), emite a voz que representam “as vozes”, o pensamento coletivo originado do desejo individual de cada um, que juntos, formam o “todo”, que emite voz, originado daqueles que falam e daqueles que emudecem.

O capital político, esse processo de transmutação de poder, é uma forma de capital simbólico, um crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelos quais os agentes (os assentados) conferem a uma pessoa (a associação) os próprios poderes que eles lhes reconhecem, e que eles lhes transferiram, no momento em que os elegeram, como membros (ou o elegeu, como pessoa jurídica), “pelo fato de dizer as coisas com autoridade, ou seja, diante de todos e em nome de todos, pública e oficialmente”, quer seja nos órgãos públicos, quer seja perante outras representatividades civis, “fazendo-as existir como sendo dignas de existir, evidenciando assim ‘poder quase mágico das palavras’ de influir sobre as percepções da realidade” (BOURDIEU, 1996, p. 111).

Esse poder, o simbólico, é um poder que o grupo dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, pondo nele a sua confiança. Porém o “poder mágico das palavras” tanto procede ao apossamento da representatividade, quanto ao seu desligamento, quando essa “magia” não possui o poder do convencimento ou a força da representatividade esperada. Ele (o poder) só existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe (Bourdieu, 1989, p. 157-188). Sem a crença da sua existência, a associação não existiria, porque o capital simbólico perderia a sua força e a sua legitimidade. O mistério do processo de transformação (ou transubstanciação) de várias pessoas físicas que se transforma em uma pessoa jurídica, faz com que o porta-voz eleito se torne no grupo que ele representa, o canal de voz, o portador, a representação simbólica personificado, a força do processo da expressão.

Essa representação simbólica só se constituiu a partir do consenso em que o grupo o consentiu: o porta-voz dotado de pleno poder de falar e de agir em nome do grupo. A associação, personificada em um corpo jurídico, possui a magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe. Essa personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, faz sair do estado de indivíduos separados, individuais, que agrupados, elegeram a alguns, transmutando para um único corpo, a sua representação. Esse corpo eleito (associação) se constitui de diversos elementos, através dos membros que formam a unidade jurídica. Esse corpo jurídico é representado por assentados e moradores da comunidade. São, individualmente, pessoas físicas, porém, na sua coletividade, através do processo de transubstanciação (eleito por voto, modificando a situação de física para jurídica) tornam-se um único elemento, a representar a comunidade.

Bourdieu (1989, p. 158) permanece nos esclarecendo que o mistério do mistério é um desses casos de magia social em que uma casa, uma pessoa, um endereço, uma sede, se torna uma coisa diferente daquilo que ela é: um homem, na pessoa do presidente da associação ou similar por ele determinado, que pode identificar-se e ser identificado como um conjunto de homens, os assentados. O campo político, gerado a partir da escolha do representante da associação, que se denomina “presidente”, é o ponto convergente do monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade daqueles que o elegeu. O porta-voz – a associação – apropria-se não só da palavra do grupo dos assentados, ou melhor, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui de prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político.

1.2 A origem do projeto de assentamento Tarumã Mirim

O projeto de assentamento Tarumã Mirim foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), estando aquele imóvel rural inserido no Projeto Fundiário Manaus da década de 1970. Com o decorrer do processo, o assentamento foi subdividindo-se em várias comunidades. O acesso à localidade pode ser realizado via terrestre, através do Ramal do Pau-rosa, estrada secundária, à altura do KM 21 da BR 174 (sentido Manaus-Boa Vista), e via fluvial pelo Rio Negro através do igarapé Tarumã Mirim a sudoeste e pelo Igarapé Tarumã Açú a noroeste. Limita-se ao norte e ao sul com terras da União de competência da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Ocupa áreas da União na Zona Rural de Manaus, por

meio da Resolução 184/92 de 20/03/1992. Possui área de 42.910,76ha e tem capacidade para assentar 1.042 famílias, conforme apresenta o geoprocessamento aplicado a análise físico-territorial da área¹. A partir do ramal principal abrem-se as vicinais, que adentram no território rural, formando as comunidades. Dentre essas, encontra-se a comunidade Afatam, na penumbra do anonimato, loco desta pesquisa, fundada em 13/09/1997, e constituída por 85 lotes. A referida comunidade segue ao padrão espacial tradicional, conforme explanou Leite (2004, p. 81), referente à organização espacial interna dos projetos de assentamentos, diferenciada, seguindo um padrão preexistente entre os agricultores familiares. Essa padronização reporta-se pela forma de se organizar (através de associações ou cooperativas), existindo um ramal principal que corta o assentamento (nesse contexto é o Ramal do Pau-rosa), bem como a necessidade dos órgãos governamentais como norteadores, fiscalizadores e de incentivos para o desenvolvimento comunitário e de sustentabilidade para os meios de subsistência na agricultura familiar.

Diversos são os aspectos essenciais que constituem uma comunidade em um assentamento rural, porém vale citar prioritariamente cinco: saúde pública; educação escolar; as possibilidades de acesso (estradas); os cursos que capacitam e orientam os assentados e os subsídios que possibilitam uma melhor produtividade. Dentre os cinco aspectos citados, as associações de moradores são as representatividades eleitas para serem os canais de vozes, a intermediar entre assentados e Estado, em atendimento às preconizações normativas e as necessidades daqueles que elas representam.

Devido à grande extensão territorial a abranger o projeto de assentamento Tarumã Mirim, elegemos uma comunidade para realizar as entrevistas, sendo que demais fatores foram observados na sua totalidade. Em virtude da matriz deste trabalho relatar alguns fatos que poderiam comprometer a posse da terra de alguns moradores, bem como no intuito de mantermos o sigilo da pesquisa, resolvemos substituir o nome da comunidade escolhida por um pseudônimo em que não a identificasse, porém detendo o significado do objeto pesquisado. Agricultura familiar no Tarumã Mirim forma o acrônimo (palavra formada pelas letras ou sílabas iniciais de várias outras palavras) "Afatam" que o adotamos².

A Associação dos Assentados, Moradores e Trabalhadores na Agricultura Familiar do Ramal do Afatam, no projeto de assentamento Tarumã Mirim, é o espaço jurídico que nasce da consciência e do desejo de uma coletividade, em construir uma representatividade simbólica e com força política, visando unir forças em prol de melhorias na qualidade de vida dos associados. Com estas características, os assentados e moradores, pessoas físicas, reunidos em um espaço geográfico comum, transfere o poder das suas "vozes" a um corpo constituído juridicamente, denominado Associação. No período da pesquisa de campo, entrevistamos pessoas, observamos fatos, acompanhamos os processos dessas representatividades, permitindo-lhes falar livremente sobre os tópicos perguntados. A relevância no tocante às análises sobre esse processo de transubstanciação se justifica devido à essencialidade de que os assentados necessitam possuir a sua representatividade, quer seja nas instituições de direito público ou privado, essencialmente nos órgãos norteadores, fiscalizadores ou de apoio nos projetos de assentamentos, em sua defesa ou em favor deles (assentados).

1.2.1 A representatividade da associação

Associação de moradores é o espaço jurídico que nasce da consciência e do desejo de uma coletividade, em construir uma representatividade simbólica e com força política, visando unir interesses em prol de melhorias na qualidade de vida dos associados. Em conformidade com a disposição do artigo 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2.002, "constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos". Com estas características, os assentados da agricultura familiar são pessoas físicas que, reunidos em um espaço geográfico comum, transferem o poder das suas "vozes" a um corpo constituído juridicamente, denominado associação (ou cooperativa), contendo normas regidas através dos seus estatutos, podendo ser alterado ou extinto, conforme determinações nas assembleias gerais.

Essas associações têm a função primordial de representar os assentados perante os órgãos governamentais, atestar veridades no que concerne aos fatos e atos ocorridos dos domínios limítrofes de suas demarcações, ouvir e expor as pretensões através de ajuntamentos ordinários e extraordinários, denominado reuniões. A figura jurídica da associação é elemento essencial nos assentamentos rurais, pois sem ela, os

beneficiários da terra não têm representatividade que reconheça as veridades nas ações e nas necessidades perante diversas instituições. Nesse sentido, eles se transubstanciam de várias pessoas físicas em uma pessoa jurídica, com vez e voz para os representarem.

Esse corpo jurídico possui o poder e a obrigação de ser o canal condutor da voz, da vontade, dos anseios, da insatisfação e também dos desejos de todos (pois ele representa as vozes que falam e as que se calam), que canalizam esses sentimentos para esse ser representativo, permitindo-lhes agir e falar, através dele, como um só homem. Ele recebe o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo feito homem, e isto se verifica através das representações que a referida associação desenvolve junto ao INCRA, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), prefeitura municipal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), etc. quando da busca de soluções, apoios ou indagações que a mesma, na pessoa do líder, e de seus membros constitutivos, que os tornam representantes legais, eleitos pelos assentados e moradores. A sua voz representa o desejo dos ausentes, presente na transubstanciação e na representatividade política.

Levando-se em consideração que, no que concerne aos serviços públicos direcionados aos assentamentos rurais, são prerrogativas das associações: reivindicações para solicitação de serviços de recuperação de estradas; instalação e manutenção do posto de saúde; educação escolar para as comunidades do assentamento; ofertas de cursos de capacitação para os produtores e liberação de subsídios mediante projetos devidamente aprovados. Esses serviços visam melhorias das condições de subsistência dos assentados, quer seja diretamente entre associação e Estado, ou através do Conselho (associação das associações do Tarumã Mirim). Na pesquisa de campo, quando concluímos o “quinteto das necessidades”, nas análises dos resultados, as precariedades nas vicinais constavam como o 1º lugar no ranking das carências locais.

Tabela 1
Necessidades nas demandas públicas na comunidade Afatam

Classificação	Necessidades nas demandas públicas	Percentual
1º lugar	Recuperação nas vicinais	25,90%
2º lugar	Saúde pública	22,98%
3º lugar	Educação escolar	19,73%
4º lugar	Cursos de capacitação	16,79%
5º lugar	Liberação de subsídios	14,71%

Fonte: Águida Meneses Valadares Demétrio

Nota. Resultado catalogado a partir da coleta de dados com 70 entrevistados na comunidade Afatam. Foram lhes apresentados os cinco itens previamente selecionados a partir dos levantamentos bibliográficos no que concerne às atribuições institucionais para manutenção dos assentamentos rurais. Solicitamos que nos respondessem por ordem de prioridade, o que mais necessitava melhorar na comunidade. Nas análises dos resultados utilizamos a escala de pesos. A 1ª necessidade citada pelo entrevistado, foi-lhe atribuída peso 5; a 2ª peso 4, e assim sucessivamente, respeitando a escala de importância dada a cada um dos cinco itens apresentados.

1.3 A associação da comunidade Afatam

A Associação dos Assentados, Moradores e Trabalhadores na Agricultura Familiar do Ramal do Afatam, no projeto de assentamento Tarumã Mirim, foi fundada em 13 de setembro de 1997. As eleições ocorrem a cada quatro anos, para eleger os seus representantes legais (ou antecipadamente, quando a representatividade não enceta o desejo comunitário), podendo ser, ou não, de acordo com a vontade democrática, reeleitos por mais um período idêntico. No período da pesquisa de campo, tivemos acesso aos livros de ata da associação do Afatam desde 02 de maio de 2004, até o momento final desta pesquisa (03 de julho de 2016), onde foi possível observar os fatos relatados, e constatar a necessidade das representações, pois os assentamentos rurais possuem as suas especificidades, onde tornam-se imprescindíveis as representações simbólicas, para manifestar as reivindicações e afins. Os referidos livros constam seus registros no Cartório RTD de Registro de

Títulos e Documentos, Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Manaus AM, sob diversos protocolos.

A referida comunidade consta nos registros da associação 119 associados, de um total de 85 sítios (conforme Ata p. 36, atualizada dia 01/02/2015), denominados lotes, com áreas diversificadas, de até quatro módulos fiscais (cada módulo corresponde a um hectare). Um módulo fiscal pode conter diversos associados, cabendo a cada morador a decisão de associar-se ou não. Tal fato inicialmente nos causou estranheza, quando observamos a disparidade entre a quantidade de lotes existentes (85) e a quantidade de associados (119), fato este que nos foi esclarecido pelo intermediador da pesquisa. Não existe a obrigatoriedade de o morador filiar-se a qualquer associação, porém sempre é incentivado a tal prática, devido a comodidade e essencialidade do fato no ato de qualquer representação necessária, em que necessite atestar veracidades, ou requerer direitos, reivindicar assistências.

Observamos que os pedidos destinados ao INSS para auxílio-doença, aposentadorias por idade ou invalidez, auxílio maternidade, etc. só se concretizam com a intermediação da associação, tendo como documentação de veracidade as assinaturas dos solicitantes em atas e as declarações expedidas pela associação, atestando a realidade dos fatos mencionados. Percebemos, no transcorrer da pesquisa, que alguns assentados já obtiveram benefícios com a intermediação do Sindicato Rural, devido no momento da solicitação não ter filiação a nenhuma associação, porém não percebemos regularidades assíduas desse fato. Pedidos para apropriação a novos assentados, para lotes em que se encontra em situação de vacância também são procedidos através da associação, protocolados diretamente ao INCRA e não individualmente pelo interessado, porém, nos períodos em que tivemos acesso às atas, não localizamos nenhum pedido de retomada dos lotes devido a irregularidades que contrariassem as normatizações do órgão gestor, apesar de existirem diversos lotes com uso inadequado ao que preconiza o Estatuto da Terra.

No tocante aos associados, aqueles que residem nas cercanias do Ramal do Pau-rosa têm a opção de se associar tanto em uma, quanto em outra associação, ficando neste caso a opção pessoal levado por simpatias ou comodidades para a vivência associativa. Vale também salientar que não somente os assentados, porém a quem interessar possa, o ingresso em uma associação independente da sua condição de regularizado, em processo ou estando irregular na comunidade.

1.3.1 As reuniões ordinárias

As reuniões ordinárias, aberta a todos (associados ou não), possui a periodicidade mensal, e, nas nossas observações participantes, nos seis meses em que acompanhamos as diligências da associação da comunidade Afatam, elas ocorreram na sua regularidade normal, com o corpo jurídico eleito. Nelas, conforme constatamos, não somente as “vozes” se manifestavam. O silêncio também se constituiu poder de legitimação nesse processo, quando as decisões eram tomadas em assembleias, e, apesar de diversos associados não se encontrarem presentes, era como se os estivessem, haja vista que a associação representava (e representa) tanto os presentes quanto os ausentes no que concerne às suas funções administrativas, políticas e sociais. Ali, as decisões eram tomadas e as delegações atribuídas aos membros da associação que se repercutiam não só sobre aqueles presentes, mas também a todos aqueles que não compareceram nos ajuntamentos.

Observamos que, na medida em que as reuniões transcorriam e as discussões se desenvolviam, a cada tópico discutido e aprovado através do processo democrático da maioria presentes, as delegações se processavam, confirmando que tanto os presentes, com “suas vozes” quanto os ausentes “com seus silêncios”, empossavam os membros da associação a lhes representar nas ações propostas. Naqueles intervalos de tempo em que observamos as transubstanciações, as discursões abrangiam diversos tópicos, sendo os essenciais e prioritários a recuperação das vicinais, e a substituição da ponte que interliga duas comunidades na área.

1.3.2 As reuniões extraordinárias

As reuniões extraordinárias geralmente são “fechadas”, destinadas somente ao corpo jurídico dos membros eleito na sua constituição estatutária. Possui a periodicidade bimestral, no intuito de deliberarem sobre as diversas tomadas de decisões no que concerne à comunidade. Em determinação no estatuto, as reuniões extraordinárias poderão ser suprimidas se não houver pautas que as justifiquem. Porém, nos seis

meses em que acompanhamos esse processo de transubstanciação, em todos os períodos determinados elas ocorreram.

Os fatos de caráter urgente e relevante também demandam reuniões extraordinárias, inclusive houve a ocorrência de uma reunião de caráter extraordinário por motivo urgente e relevante, quando do óbito de um dos moradores, vítima de acidente com os trabalhos de motosserra, o que decorreu da queda de uma árvore sobre seu corpo, vindo a vitimá-lo tragicamente. Esses tipos de acidente (não com tamanha gravidade), ocorrem com frequência na comunidade e no assentamento, segundo relatos do intermediador, devido ao uso de motosserra sem o preparo adequado daqueles que as utilizam. Bezerra, (2010) também confirma que essas ocorrências em ambientes rurais não são casos isolados. Nessas reuniões extraordinárias são feitos levantamentos administrativos, financeiros e contábeis, sendo imprescindíveis as manifestações do Conselho Fiscal, a delimitar gastos e criação de estratégias no intuito de conquistarem novos sócios para a associação.

1.3.3 Diligências na comunidade junto à prefeitura

Presenciamos também a formação de comitivas desses representantes, para diligências à Prefeitura Municipal de Manaus e Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINF), em atendimento às reivindicações dos assentados e moradores, para a recuperação das vicinais e para a substituição da ponte, pelos representantes juridicamente formados e simbolicamente representados, na busca de soluções para os problemas apresentados naquela comunidade. Em nossas participações nas reuniões da associação da comunidade Afatam, no período da pesquisa de campo, presenciamos realinhamentos de forças, confirmando as interligações sociais existentes na comunidade. Em todas as reuniões anteriores já assistidas, o tópico mais discutido eram as precariedades das estradas e a fragilidade da ponte que a interliga com outra comunidade, e que dá acesso ao ramal principal (Pau-rosa). Em uma dessas reuniões em que observávamos, a assembleia constatou serem necessárias ações mais enérgicas no intuito de obterem resultados. Em decisão unânime, os presentes decidiram sair da sede da associação e dirigir-se à ponte, para filmar o alarido dos transeuntes pedindo providências, outros mostrando os riscos nas laterais da ponte, com as madeiras deterioradas, motoristas atravessando seus veículos com dificuldades sobre ela. Posteriormente, em comitiva, os representantes eleitos da associação dirigiram-se mais uma vez à SEMINF, a solicitar providências no tocante à ponte.

A realidade da força coletiva confirma as teorias de jogos de Elias (2008), ao citar que, quando vários indivíduos se juntam, encontram uma relação uns com os outros, formando um equilíbrio de poder, onde quer que haja uma interdependência funcional (p. 80-81) e que a teia de relações humanas muda, quando o processo social se sobrepõe ao processo individual. Quando todos se mantêm interdependentes, mas não estão jogando uns contra os outros, e sim coletivamente, unindo forças em uma única direção, com um líder coordenando o jogo (p. 92-93), conjuntamente representam uma força maior do que vários jogadores individuais, onde cada um puxa somente para si. Esses processos das configurações sociais se desenvolvem a partir de um ponto central, convergindo forças em uma direção determinada, realinhando de forma coletiva. Com as forças convergindo em uma única direção, mostram a potencialização. Porém, se cada um puxasse somente para si, a aplicação da força seria a mesma, porém o resultado se anularia, pela falta de convergência e direcionamento otimizado.

Este é o papel simbólico dos líderes ou dos representantes, quando trabalham em prol da comunidade, de forma coletiva, inclusive orientando-os da necessidade de unirem-se em prol social, e não somente em benefício próprio ou situações particulares. Percebemos naquela manifestação na ponte, as configurações foram se modificando, se sobrepondo, do individual para o coletivo, para o social, as forças também foram se modificando e se solidificando, unindo forças e vozes, para o bem comum. Essas configurações e essa união de forças, no jogo coletivo, convergiram-se em resultados positivos, visto que a comunidade, quando decidiu "puxar os cordões" coletivamente, tendo à frente uma representação com poder de voz, conseguiram substituir a ponte de madeira, deteriorada, por uma ponte de manilhas, com durabilidade e resistência tão almejada. Porém, conforme diversos depoimentos entusiastas na reunião seguinte às obras da ponte, as benfeitorias só ocorreram porque a união superou o individualismo, instigados por orientações pertinentes naquela direção. Observamos também outra conquista na comunidade, quando a representação simbólica da associação

fez-se ser atendida, e convergiu em recuperação das vicinais.

1.3.4 Transferindo a transubstanciação

A associação dos assentados, pelo poder a ela investido, possui a prerrogativa de transferir a outrem o seu poder de voz, mesmo que o "receptor do poder" não seja eleito na forma democrática para constituição do seu corpo jurídico, em situações específicas. Presenciamos tal processo nas reuniões ordinárias efetivadas pela mesma, nas prestações de serviços de forma extensionista pelas próprias assentadas, de caráter semiprofissional, capacitando as interessadas na arte da pintura e bordado. Nesse momento, o "poder da representatividade" era transferido às ENT-01, ENT-02 e ENT-13, que assumiam a coordenação dos trabalhos representativos, ministrando cursos e orientando às assentadas no tocante às possibilidades produtivas do trabalho artesanal. Os cursos, ministrados de forma gratuita nos dias de reuniões, mesclam aspectos profissionais, socialização e desenvolvimento da personalidade, em adequação à sociologia do lazer (DUMAZEDIER, 1973). Pelos aspectos da socialização, em concomitância entre trabalho e lazer, vale ressaltar o semilazer, que, segundo definiu Dumazedieu (1973, p. 117) "as atividades de semilazer são aquelas executadas não para atenderem a uma necessidade, mas sim aquelas feitas de boa vontade e consideradas por quem as executam, como atividades de descanso", mesmo na elaboração de tarefas executadas no seu tempo livre, porém com resultados que demandam quebra de rotina, a diferenciar das tarefas profissionais ou domésticas. Dumazedier (1973) citou que muitas experiências dentro dos interesses culturais manuais do lazer teriam uma dupla função: gratuidade na sua essência - um dos fatores fundamentais do lazer - onde sua execução não tem como prioridade ou finalidade as questões econômicas; de utilidade no seu processo (uma das características mais próximas ao mundo da obrigação/trabalho), que provoca a sensação de bem estar causada por uma experiência simplória, quer seja na própria execução da tarefa, quer seja na transferência de saberes, frente a um desafio aceito (livre escolha), munido de conhecimentos e habilidades específicas (competência ótima), com os recursos necessários (equipamentos essenciais), a exercer um ciclo completo de começo (desafio) meio (processo) e fim (solução) de uma experiência de "lazer" ou, nesse caso, de "semilazer", dado o contexto utilitário de sua finalidade.

Pelas concepções de Elias e Dunning (1992, p. 147), essas atividades de livre escolha, a exigir habilidades e ferramentas essenciais são classificadas como Atividades Intermediárias, no subgrupo trabalhos particulares, servindo para atender as necessidades de formação, satisfação pessoal e autodesenvolvimento, tais como: participação em questões locais, atividades de caridade, fotografia amadora, trabalho em madeira, bordado, crochê, etc. Nesses dias de eventos na associação, algumas mulheres transmitem o conhecimento às outras acerca dos trabalhos de tricô, pintura e bordados, em diversos modelos e padrões, desde guardanapos, panos de pratos e batas, desenvolvendo um "faça-você-mesmo", também conhecido por bricolagem, onde as gargalhadas, as conversas livres de tensões e o sentido desinteressado das atividades, formam momentos festivos interligados com momentos produtivos. Em diálogos com o presidente da associação sobre essa "transubstanciaçãoextraoficial", ele nos esclareceu que

É enriquecedor porque profissionaliza e prazeroso porque diverte. Essa é uma das funções da associação, levar conhecimentos e também socialização a todos. Se algumas dessas mulheres possuem técnica, prática, disponibilidade de tempo e solidariedade pra transmitirem o que sabem, nada mais justo que nós, como membros constitutivos dessa associação, passar a elas essa função de dirigir parte dos trabalhos que executamos nas reuniões (ENT-35, 2016).

Observamos esses "ajuntamentos" em todas as reuniões às quais participamos. As mulheres riam, brincavam, pilheriavam, e iam bordando, pintando... e se divertindo. A velocidade de suas mãos seguia o ritmo das gargalhadas, ou desencontravam-se, mas o bom humor prevalecia por todo o período da "aula".

1.3.5O elo entre dois brasis

Em virtude do quesito saúde pública e educação escolar (2º e 3º lugar nos aspectos deficitários nas análises dos dados coletados) não termos observado uma interferência direta da representatividade da associação dos assentados, reportamo-nos diretamente ao 4º quesito (capacitações). Conhecer os

assentamentos rurais, no regime da agricultura familiar, através das teorias originadas no Estatuto da Terra, das Instruções Normativas e de outros projetos de lei que sustentam essa "realidade teórica", nos remete a um Brasil Ideal, semeado de possibilidades, onde torna-se aprazível plantar idealizações e colher realizações. Olhar esses mesmos assentamentos rurais, nesse mesmo regime agrícola, através das percepções dos assentados, na realidade do campo, nos mostram lacunas de um Brasil Real, formando paralelos que teimam em manterem-se afastados do Brasil Ideal, apesar de tantas teorias existentes e tantos lotes destinados para tal.

O adequado seria que em algum momento esses paralelos se curvassem e se interligassem, deslançando-se em resultados positivos, quando teoria e prática se juntam, de forma harmônica, para a obtenção de resultados satisfatórios, que, neste parâmetro, se resume em uma única palavra: produtividade. E na luta para que esses paralelos se transformem em interseções, há a presença da associação, a solicitar cursos de capacitações. Para uma melhor assimilação a esse item, acompanhamos os técnicos do IDESAM (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido anexado à Dissertação), em seus trabalhos de campo no Tarumã Mirim. Nessa trajetória pudemos observar serem os seus representantes dessa Organização Não Governamental (ONG) os elos de interligação entre os dois brasis (entre instituições governamentais e assentados), tendo como ponto de apoio as associações de assentados do Tarumã Mirim, a partir do momento em que solicitam as capacitações, até ao acompanhamento do processo capacitatório.

O que podemos definir do trabalho do IDESAM, quando atendem ao apelo das associações ou cooperativas? Eles representam o elo que possibilitam a junção dos paralelos entre os dois brasis, ao proporcionar a interligação entre teoria e prática. Mas para que utopia e realidade se tornem elos que se ligam, ainda há uma longa trajetória entre dotação orçamentária, determinação dos beneficiários em se capacitarem, representatividade eficiente das associações no sentido de incentivar os seus associados a se capacitarem, para que o elaborado nas teorias se tornem possíveis na execução do trabalho na terra.

1.3.6 Um projeto para quem?

Na análise ao 5º item das necessidades na comunidade Afatam, um paradoxo necessita ser esclarecido: os subsídios governamentais alcançaram a última classificação, não por ser um dado presente ou que não seja essencial e necessário, por suprir a necessidade no tocante às assistências financeiras na agricultura familiar, mas porque diversos entraves inviabilizam a sua utilização, apesar dos esforços dispendidos pela associação dos assentados. Tomamos conhecimento e presenciamos a reunião de lançamento ao Plano-safra 2015, ocorrido no Conselho das Associações do Tarumã Mirim, onde se encontravam presentes a maioria das associações daquele projeto de assentamento, instigados para tomarem conhecimento e repassarem aos seus associados as informações pertinentes.

Observamos a importância da representatividade das associações como fator preponderante para a elaboração de projetos junto ao IDAM, bem como verificamos posteriormente em atas da associação dos assentados da comunidade Afatam sobre o quão significativo seja tal representatividade, e, infelizmente, quão poucos assentados chegam ao final do processo, culminando com o acesso ao subsídio.

Entre os 70 entrevistados, somente 21 assentados (30%), já utilizaram, em algum momento, os subsídios governamentais para beneficiamento da terra ou compra de insumos e ferramentas, conforme o resultado da pesquisa. Esclarecemos que, no tocante aos subsídios para a agricultura familiar, os descontos beneficiam o assentado entre 40% a 85%, sendo, portanto, um crédito muito atraente. A exemplificar: Para o plano pró-mecanização 2015, com subsídios de 85%, (o produtor pagará apenas 15%), ou seja, se o custo para mecanizar a terra for de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o governo arca com o custo de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) e o assentado paga somente R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), parcelado, a uma taxa de 3,00% a.a. pela Agência de Fomento do Amazonas (AFEAM).

Ao analisar esses números, mais parece um sonho surreal, porém a comunidade Afatam, tais quais muitas outras comunidades no projeto de assentamento Tarumã Mirim, possui uma característica peculiar, o que o inviabiliza para a obtenção desses recursos subsidiados, devido a quatro aspectos:

a) existem assentados do lazer, que são os beneficiários da terra em que só estão presentes nas suas propriedades nos finais de semana, para o apreço ao lazer, instigados pela abundância de águas e proximidade à

- Manaus. Dentre 85 lotes (na contagem geral), 20 não residem de forma contínua no lote (23,52%);
- b) constatamos também que 40% dos 70 entrevistados (28) são “moradores” (e não assentados, devidamente autorizados pelo INCRA), possuindo somente “contratos de gaveta”, tornando-os impossibilitados de adquirirem subsídios governamentais. Na pesquisa de campo constatamos que a “maioria” é formada por “assentados”, correspondendo a 60,00%, porém, vale ressaltar que em um assentamento rural, “todos” deveriam ser assentados, e não somente a “maioria”;
- c) diversos assentados, beneficiários diretos da terra, não possuem acessibilidade às suas propriedades, por falta de estradas adequadas que dão acesso a maquinários agrícolas que possam efetuar o processo de mecanização necessário. O Tarumã Mirim é beneficiado com diversos igarapés, que, se por um lado favorecem, por outro dificultam, devido à inexistência de pontes. Observamos que somente dois moradores “do lado de lá do igarapé” que atravessa a comunidade (dentre um total de 13) possuem o acesso, construído com recursos próprios, porém não podem utilizar os subsídios do governo para produção. Um deles possui somente o “contrato de gaveta”, não lhe permitindo usufruir de nenhum benefício advindo dos órgãos públicos (ENT-35); e o outro é regularizado, porém não reside na propriedade de forma contínua.
- d) a falta de recursos governamentais para subsidiar os projetos na agricultura familiar, independentemente dos esforços provenientes da associação em apoiar projetos que demandam recursos externos.

Esclarecendo que diversos quesitos são observados para desenvolver projetos que liberem subsídios governamentais, a citar: para os assentados que moram de forma contínua no lote; para os que são devidamente regularizados pelo INCRA; não possuir inadimplência em agentes financeiros; ter acesso adequado para que os maquinários agrícolas tenham o devido acesso. Ora, se em uma comunidade de 85 lotes, 20 não residem de forma contínua, (23,52%), e 28 dentre os 70 entrevistados (40%) se caracterizam como “moradores” (não regularizados), 11 não têm acesso adequado e diversos estão inadimplentes (não temos a cifra exata para este dado) esse paradoxo se torna visível e justificável, porém não aceitável.

Quando da nossa entrevista com o engenheiro do IDAM (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido anexado à Dissertação), e nos acompanhamentos a assentados nos pedidos de liberação de subsídios, detectamos: insuficiência de recursos, inadequação dos assentados, inadimplência dos assentados. Nos foi esclarecido pelo engenheiro, que o plano que mais beneficiou o assentado foi o “Programa Mais Alimento”, fomentado pelo Banco do Brasil. Foram muitos projetos, porém o resultado foi uma inadimplência descomunal, que culminou na suspensão do mesmo, até que se diminua esse índice inadimplente, tanto no Tarumã Mirim, quanto em outros assentamentos. Então, ao unir esses três fatores – inadequação, inadimplência e falta de recursos – o resultado no tocante a subsídios se torna insuficiente.

Tomamos conhecimentos também que, nas exceções da elaboração de projetos, o IDAM prioriza elaborar projetos para uma produção continuada, buscando atender aqueles assentados que já desenvolvem a atividade à qual ele está buscando o projeto, e não aquele que intenta fazer o projeto para algo alheio ao seu conhecimento, devido ao risco da in experiência incorrer em possíveis fracassos. Independentemente dos esforços dispendido pela associação dos assentados, as lacunas entre o Brasil Ideal, com seus projetos e subsídios, e o Brasil Real, com as inacessibilidades ao crédito subsidiado, as lacunas teimam em existir e se apresentar.

1.3.7 Escoamento e comercialização dos produtos

Os produtores rurais envolvidos nas atividades extrativistas, pesqueiras e agropecuárias no âmbito do estado do Amazonas têm a prerrogativa de escoarem e comercializarem as suas produções, com a intermediação das associações ou cooperativas que os representem, através da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS). O Programa “Amazonas Rural” lançado pelo Governo do Amazonas é executado através da ADS, e tem como objetivo aumentar a produção do setor primário no estado e impulsionar a agricultura, extrativismo vegetal, pesca e pecuária, impulsionando a economia local. Apesar de tratar-se de proposta atraente, tanto pelo aspecto da comercialização, quanto pelo do escoamento da produção, na comunidade pesquisada somente dois produtores, ENT-2 e ENT-35, utilizaram a comercialização e logística da ADS no ano 2016. Para um melhor entendimento acerca desse processo, acompanhamos as negociações, para

análise da preponderância da representatividade jurídica da associação.

Procuramos saber com os membros da associação, o motivo da falta de interesse por tal procedimento, apesar de facilitador. Esclareceram-me eles que é devido à obrigatoriedade de terem o produto durante a vigência do contrato, caso contrário, ao fazer o pedido e o produtor não atender ao solicitado, a associação que o representa se sujeita às penalidades, tais como multa por quebra de contrato. Neste caso, ou pagam a multa, ou precisam comprar os produtos de terceiros, às vezes nas feiras de Manaus, como foi o caso da ENT-2 em 2015 (ano anterior a esta pesquisa), com prejuízos aparentes, para atender às cláusulas contratuais.

As plantações, criatórios ou extrativismos são executados pelas pessoas físicas, porém, para escoarem e comercializarem, esses mesmos indivíduos se transformam na pessoa jurídica que os representam, transferindo-lhes as prerrogativas comerciais, nas contratações com a ADS. Os preços negociados com as associações são estipulados previamente, na assinatura do contrato, para o ano vigente. Tal processo auxilia aos produtores no que concerne ao escoamento da produção, inibe a ação dos atravessadores e soluciona parte do problema de muitos que não possuem transporte próprio, e evita o desperdício no campo.

RESULTADOS DA PESQUISA

Ao concluirmos uma pesquisa, nem todas as hipóteses se confirmam, mas outras se fortalecem nas análises finais. O poder representativo da associação dos assentados não detém sobre si a força jurídica somente pelo poder político a ela investido, mas pelas estratégias adotadas, na busca por soluções aos problemas comunitários. Durante os 22 momentos de análises, tornou-se possível “visualizarmos” as ações da associação, porém nem em todas se resultou em problemas solucionados.

Nas reuniões ordinárias, as ausências (reais) representam aproximadamente 70% da comunidade, ou seja, dentre 119 assentados e moradores, geralmente comparecem, em média, 35 pessoas, conforme análises no livro complementar de assinaturas em reuniões ordinárias. Outro aspecto observado refere-se à parte financeira, que, ao fazermos o levantamento, constatamos que em média 25% contribuem com mensalidades para os custos administrativos da associação, estando o restante beneficiando-se das iniciativas e resultados de poucos, em prol de todos. Em suas comodidades, não se preocupam em associar-se, nem em acompanhar as ações associativas, apesar de beneficiarem-se em diversos contextos, quanto os resultados se repercutem em benfeitorias para a comunidade, e, nesse aspecto, seus silêncios também possui representatividade, porque as soluções beneficiam a todos. Procuramos saber se em outras associações no Tarumã Mirim os comportamentos associativos são similares, a partir de visitas às reuniões em algumas, e constatamos que em pouco se diferencia entre elas. Nas reuniões extraordinárias da comunidade Afatam também não percebemos empenhos na sua totalidade, pois, dentre os 16 membros democraticamente eleitos a compor o quadro político, fiscal e administrativo, geralmente somente 40% possuem participações ativas.

Percebemos o “conforto” em diversos associados, por haver quem falassem por eles, os representando onde se fizesse necessário, em busca de melhorias ou para atestar suas veridades. Ao inquirirmos alguns assentados, nos diversos parâmetros observados, sobre o papel da associação, responderam-nos que é a melhor forma de terem as suas reivindicações atendidas. As reivindicações em busca de melhorias nas diversas esferas governamentais, o poder da voz e a consciência das necessidades nem sempre se repercutem em resultados positivos, porém, se não existisse a figura política daquele que os representam, a comunidade padeceria em piores condições, relegada ao ostracismo, na busca por melhorias, nos aspectos administrativos ou sociais, conforme nos esclareceram alguns.

Esse corpo jurídico (a associação) possui o ônus e o bônus, para ser o canal condutor da voz, daqueles que ela está a representar. Através da sua força política, por representar diversas vozes, ele orienta, solicita, postula diretamente junto aos seus associados, diversas demandas administrativas. Incumbe-se e assume para si também as prerrogativas na busca por melhorias, quer seja nos órgãos públicos, privados ou perante outras representatividades civis, como uma “voz jurídica”, a buscar melhorias para a comunidade, ou na aplicabilidade dos direitos cedidos.

Em diversas oportunidades presenciamos resultados concretos desse processo, tais como a aprovação da recuperação das vicinais da comunidade, em que o apelo proveniente da associação representou o desejo da

coletividade; a substituição da ponte, que também foi conquista de muitos, através do canal de voz legitimamente representado; os acompanhamentos ao INCRA, na pessoa do presidente da associação com diversos assentados, em reivindicações pertinentes; as solicitações ao IDAM e IDESAM, em pedidos que atendessem à comunidade, relacionados a projetos ou cursos de capacitações; na Eletrobrás Amazonas Energia nas solicitações de benefícios relacionados aos Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos); etc. Em todas as manifestações, através de pedidos procedentes dos associados, eram solicitados nos momentos das reuniões, nos ajuntamentos de todo 1º domingo de cada mês. O processo de transubstanciação se encontrava presente, porque a “pessoa física” necessitava da figura da “pessoa jurídica” para ser representada. Nem todas as reivindicações foram atendidas, mas “a voz” se tornou “audível” onde se tornou necessária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poder atuante da associação da comunidade Afatam só se confirma, pelo poder a ela investido, através da vontade democrática dos assentados em sua representatividade jurídica. O INCRA reconhece o assentado, na qualidade de pessoa física quando a eles destinam terra, porém a partir das concessões pertinentes em lei, as suas representações são através das associações. Os órgãos institucionais beneficiam os assentados, como pessoa física, a partir da intermediação autorizada à pessoa jurídica. Outros órgãos governamentais, tais como prefeitura, destinam melhorias para os assentamentos rurais a partir das reivindicações originadas nos ofícios elaborados pelas associações.

Nos diversos âmbitos no universo rural, a transubstanciação é um processo representativo, emitindo a voz daqueles que falam e dos que emudecem, porque várias vozes de pessoa física possui pouca representatividade, frente à uma única voz, a da pessoa jurídica, que os representam e contam as suas histórias, afirmam as suas veridades, e transmitem as suas reivindicações. A figura jurídica da associação é elemento essencial nos assentamentos rurais, pois sem ela, os beneficiários da terra não têm representatividade que reconheça as verdades e as suas necessidades. Nesse sentido, eles se transubstanciam de várias pessoas físicas em uma pessoa jurídica, com vez e voz para os representarem. Os assentados necessitam transferir o poder das suas vozes a um corpo jurídico para os representarem, porque a força coletiva do poder da voz jurídica detém o capital político, com peso e poder a ela investido, porque as vozes que ela representa, mesmo no silêncio oculto dos associados, lhe empodera para reivindicar e demandar.

Nesse ínterim, como conclusão desse parâmetro observado, devido a suma importância da associação, principalmente na sua função complementar norteadora, orientadora e representativa dos assentados nos assentamentos rurais, os órgãos gestores institucionais deveriam instruí-los devidamente, capacitando-os adequadamente, porque, quem tem a função de, em uma única voz, pronunciar as vozes de toda uma comunidade, necessita saber quando, a quem e como falar, inquirir, solicitar, para que a sua representatividade não seja somente simbólica ou local (somente dentro da comunidade), mas sim real, adequada, pertinente, para que os resultados sejam compensatórios. Com essas adequações, ganhariam as instituições, por atenderem assentados que possuem boas representatividades, com bons planejamentos, reivindicações pertinentes, e ganhariam os assentados, por possuírem representantes que os conduzam a resultados mais compensatórios.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. (2011). *Treinando a observação participante: juventude, linguagem e cotidiano*. Recife: Universitária de UFPE.
- BEZERRA, E. (2010). *Amazônia, esse mundo à parte*. São Paulo: Anita Garibaldi.
- BOURDIEU, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- BOURDIEU, P. (1996). *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- BOURDIEU, P.; & PASSERON, J. C. (2010). *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. (3aed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- DUMAZEDIER, J. (1973). *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva.
- ELIAS, N; DUNNING, E. (1992). *A busca da excitação*. Rio de Janeiro: Difel.

- ELIAS, N. (2008). Introdução à sociologia. São Paulo: Edições 70.
- GEERTZ, C. (2008). A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC.
- Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (2002). Institui o Código Civil. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Recuperado em 12, outubro, 2015) que institui o Código Civil.
- LEITE, S., HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M., CINTRÃO, R. (2004). Impacto dos Assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Fundação Editora da Unesp.
- MALINOWSKI, B. (1978). Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. (2aed.). São Paulo: Abril Cultural.
- MATOS, G. C. G. (2015). Ethos e figurações na hinterlândia amazônica. Manaus: Valer/FAPEAM.
- MINAYO, M. C. S. (2015). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. (34a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- RICHARDSON, R. J. (1989). Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas.
- WHYTE, W. F. (2005). Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Zahar.

RESUMO

Este artigo busca compreender a transubstanciação, através do processo de transformação de várias pessoas físicas que se transformam em pessoa jurídica. Essa personificação de uma pessoa fictícia faz sair do estado de indivíduos separados, transmutando para juridicidade, formando a sua representação simbólica. Esse corpo eleito forma a associação, a representar os assentados do projeto de assentamento Tarumã Mirim, zona rural de Manaus-AM, perante órgãos governamentais, atestar veracidades aos fatos ocorridos nos domínios limítrofes de suas demarcações, ouvir e expor as pretensões através de ajuntamentos ordinários e extraordinários. Essa representatividade se manifesta tanto pelos presentes, com "suas vozes", quanto os ausentes, "com seus silêncios". Pesquisa etnográfica, técnica da observação participante. O processo representativo da transubstanciação foi observado em reuniões ordinárias; extraordinárias; diligências públicas; transferências de transubstanciação. Os resultados evidenciaram que as representações possuem força, quando a coletividade elege e empodera a voz jurídica, dando-lhes crédito a esse capital simbólico, promovendo demandas administrativas e sociais, e reivindicando melhorias para a comunidade.

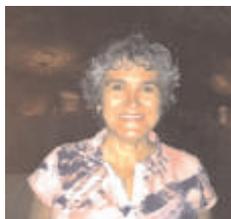
Palavras-chave: Associativismo, Configuração simbólica, Coletividade, Etnografia, Tarumã Mirim.

1. <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.13.13.15/doc/3003-3009.pdf>.

2. Os acrônimos são escritos em letras maiúsculas, porém na Dissertação e neste trabalho o nome da comunidade está citado em minúscula, exceto a 1ª letra, como se fosse uma palavra própria, identificando-a. Foram omitidos também o nome dos entrevistados, substituindo as identificações reais existentes por ENT-1 a ENT-70 para os 70 entrevistados dentro dos critérios de inclusão, porém sem perda da qualidade da informação, no intuito de preservar o seu anonimato.

**ÁGUIDA MENESES VALADARES DEMÉTRIO**

Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2017); Especialização em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas - CIESA (2013); Graduada em Ciências Contábeis - CIESA (2001); Experiência na área comercial (empresária no ramo de supermercado); Agente da Pastoral da Sobriedade (atuando em apoio a dependentes químicos e familiares); Escritora (7 obras publicadas sobre as consequências ao uso abusivo das drogas psicotrópicas); Palestrante (orientações sobre relacionamentos familiares).

**RITA MARIA DOS SANTOS PUGA BARBOSA**

Natural de Manaus-AM, Licenciada, Doutora e Pós doutora em Educação Física. Técnica em Atletismo; especialista em Administração Desportiva; Gerontóloga. Mestre em Ciência de Alimentos; e em Educação. Foi docente FEFF-UFAM 1984/2015; Docente credenciada no Programa de Pós-graduação de Sociedade Cultura da Amazônia-UFAM. Autora de livros em educação física gerontologica, imagem corporal, estilo de vida de adolescentes do Amazonas, empreendedorismo na educação física, história de educação física no Amazonas e atletismo

Publish Research Article

International Level Multidisciplinary Research Journal For All Subjects

Dear Sir/Mam,

We invite unpublished Research Paper, Summary of Research Project, Theses, Books and Books Review for publication, you will be pleased to know that our journals are

Associated and Indexed, India

- ★ Directory Of Research Journal Indexing
- ★ International Scientific Journal Consortium Scientific
- ★ OPEN J-GATE

Associated and Indexed, USA

- DOAJ
- EBSCO
- Crossref DOI
- Index Copernicus
- Publication Index
- Academic Journal Database
- Contemporary Research Index
- Academic Paper Database
- Digital Journals Database
- Current Index to Scholarly Journals
- Elite Scientific Journal Archive
- Directory Of Academic Resources
- Scholar Journal Index
- Recent Science Index
- Scientific Resources Database

Review Of Research Journal
258/34 Raviwar Peth Solapur-
413005, Maharashtra
Contact-9595359435

E-Mail-ayisrj@yahoo.in/ayisrj2011@gmail.com